

O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM AOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Alessandra Nery da Silva

Doutora em Ciências da Educação. Mestre em Ciências da Educação. Graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Goiás.

<http://lattes.cnpq.br/7956874476524433>

<https://orcid.org/0009-0005-7394-6766>

E-mail: alessandra.nsilva@seduc.go.gov.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-34>

RESUMO: O resumo destaca os desafios para o processo do ensino aprendizagem aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, no entanto, apresenta como é um importante passo para a inclusão, porque, é no espaço escolar que poderá viabilizar o estímulo à comunicação por meio de encorajamento, incitação e provocação aos profissionais da educação. Aborda a importância de preparar profissionais da educação para lidar sensivelmente com os estudantes com TEA. Apresenta o estudo como terapia e como condição de escolarização às crianças com TEA como também pôde-se verificar que, com o letramento, a criança alcança um entrosamento social maior e bem mais estruturado, porquanto todos os esforços que possam realizar a alfabetização e a interação social dessas crianças estão em projetos que ainda estão somente engatinhando, mas que, com certeza, é um grande passo para a humanidade que busca um tratamento que proponha uma condição equilibrada e segura na vida dos estudantes com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista. Ensino aprendizagem. Inserção Social.

THE TEACHING-LEARNING PROCESS FOR STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

ABSTRACT: The abstract highlights the challenges for the teaching-learning process for students with Autism Spectrum Disorder, however, it presents how it is an important step towards inclusion, because it is in the school space that it can enable the stimulation of communication through encouragement, incitement and provocation to education professionals. Addresses the importance of preparing education professionals to deal sensitively with students with ASD. It presents the study as therapy and as a condition for schooling children with ASD, as it was also possible to verify that, with literacy, the child achieves a greater and much more structured social connection, as all the efforts that can achieve literacy and interaction of these children are in projects that are still just in their infancy, but which is certainly a big step for humanity that seeks a treatment that proposes a balanced and safe condition in the lives of students with ASD.

KEYWORDS: Autism Spectrum Disorder, Teaching-learning, Social Insertion.

INTRODUÇÃO

A experiência profissional confrontada com o desconhecimento das estratégias utilizadas na sala de aula com estudantes com Autismo levantou grande interesse em aprofundar essa temática. Por ser um transtorno do neurodesenvolvimento e se difere pelas dificuldades de contato e interação social, pela presença de interesse restritos e comportamentos repetitivos, é imprescindível que o portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA) receba toda a atenção por parte dos familiares e de toda a comunidade escolar, e desta, principalmente os professores que trabalham com os estudantes com TEA.

Dado que os professores são os mediadores principais no processo educacional, para o educador Alves (2012), a missão do professor é provocar, e a função é instigar o estudante a desenvolver a aptidão e desejo de aprender, de abraçar o conhecimento. E, para Freire (2019), educar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Reconhecendo que há vários obstáculos no aprendizado escolar e inúmeras dificuldades para os estudantes com TEA na interação com o mundo, a escola passa a ser um desafio a esses estudantes, aos pais e, também, aos profissionais da educação, no entanto, é um importante passo para a inclusão, porque, no espaço escolar, há uma avalanche de mensagem verbal e não verbal que viabiliza o estímulo à comunicação por meio de encorajamento, incitação e provocação de colegas professores e mediadores. A inclusão induzida, por sua vez, é a planejada, resultante de “um trabalho educativo e de políticas públicas que visam dar oportunidades a uma grande parcela da população excluída do uso e dos benefícios da sociedade da informação” (LEMOS, 2011, p. 16).

O trabalho com crianças autistas exige conhecimento a respeito de suas limitações e seus diferentes potenciais de desenvolvimento cognitivo, e todas têm o direito de se relacionar com o meio em que vive, além de adquirir habilidades e competências para superar cada uma de suas limitações.

DESENVOLVIMENTO

A aprendizagem consiste em um processo interno que ocorre como resultado da ação de um sujeito. Assim sendo, ao professor somente cabe “mediar, criar condições,

facilitar a ação do aluno de aprender, ao veicular um conhecimento como seu porta-voz” (DELIZOICOV, 2002, p. 122). Sendo assim, entende-se que o professor não é mais o protagonista do papel principal no processo de ensino aprendizagem, o estudante é o real protagonista.

Sabe-se que as pessoas aprendem o tempo todo, aprendem no campo das relações sociais, fatores naturais, aprendem por vontade própria, por necessidades, por interesses, ou mesmo por coerção, com o relacionamento com outras pessoas, com a convivência com os próprios sentimentos, valores, formas de comportamento e informações, ou seja, aprendem constantemente e ao longo de suas vidas. Todavia, no campo escolar, depara-se com uma dualidade, pois, “parece que só o aluno está ali para aprender, como se os professores não estivessem aprendendo todo o tempo também” (DELIZOICOV, 2002, p. 124).

O raciocínio desse autor casa com a ideia de Freire (2019) sobre a relação discente/docente, quando ele afirma que não há docência sem discência, significando que é necessário reconhecer que paralelamente ao ensinar, se está aprendendo, e não desenvolver um ensino de depósito bancário, onde apenas se depositam conhecimentos acrílicos nos estudantes.

Perante tais desafios, Freire (2009) aponta uma saída:

Na verdade, para que a afirmação ‘quem sabe ensina a quem não sabe’ se recupere de seu caráter autoritário, é preciso que quem sabe saiba, sobretudo, que ninguém tudo ignora. O educador, como quem sabe, precisa reconhecer, primeiro, nos educandos em processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados; segundo, reconhecer que o conhecimento não é um dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu a quem ainda não o possui (FREIRE, 2009, p. 27).

Tal solução, mesmo sendo repetitiva, faz com que se recompense nossa atuação docente. Não somente uma ação repetitiva. É ir além, colocar em prática e considerar sempre que somos seres abertos ao conhecimento, principalmente quando envolvido em um contexto escolar.

De acordo com Hofstein (2004), as principais funções do trabalho docente em sala de aula, tem por base o: “despertar e manter o interesse dos alunos; envolver os estudantes em investigações científicas; desenvolver a capacidade de resolver problemas;

compreender conceitos básicos; e desenvolver habilidades” (HOFSTEIN, 2004, p. 113). São exemplos de funções das aulas práticas que torna a aprendizagem mais significativa para o estudante.

Ao se analisar discursivamente sobre a instrução individualizada, verifica-se que esta consiste nas atividades em que o aprendizado acompanha o ritmo do estudante com TEA. Para que isso seja possível, a instrução programada, os estudos dirigidos e projetos, são ferramentas importantes no processo de aprendizagem individual (CASTRO, 1976).

De modo geral, considerando a importância dos paradigmas didáticos citados acima, é importante enfatizar que, esses são os mais utilizados no campo educacional atualmente sendo de certa forma eficientes. Desse modo, sendo esses aplicados por um profissional competente, o grau de melhoria da qualidade de ensino possivelmente será grande. Assim sendo, é fundamental ter-se em mente que o desempenho de grande parte desses métodos é totalmente dependente da ação do professor.

À vista disto, temos ciência que ensinar na atualidade tem exigido cada vez mais a ligação entre conhecimento científico e o cotidiano do estudante. Assim, cabe ao professor inúmeras competências, como por exemplo: repensar a linguagem discursiva utilizada em suas aulas, buscar conhecer qual é o tema de maior interesse do estudante, elaborar brincadeiras e atividades que despertam a curiosidade e a motivação para a aprendizagem, e principalmente, ver o estudante como uma pessoa que está em sala para aprender mesmo com todas as suas limitações.

Além disso, também cabe aos professores, repensar sobre seu trabalho, a fim de reconstruir sua identidade, elemento essencial para sua autoestima, para o renascer do conhecimento e da reflexão sobre modelos teóricos, buscando dominar novos saberes e instrumentos que possam melhorar seu profissionalismo e, conseqüentemente, a qualidade da educação.

Sabe-se que desde o primeiro dia de aula é um desafio para o professor de crianças com TEA, tanto quanto para o estudante, e a rotina é algo de suma importância para o desenvolvimento do autista, já nos primeiros dias de aula é necessário estimular e despertar a confiança e o interesse do estudante, para tornar a adaptação mais natural e mais segura é imprescindível que o professor fale pouco, use somente as palavras mais

importantes, para que eles processem tudo que está sendo falado, é essencial não falar alto e conversar sobre as atividades que serão realizadas, também é preciso estimular a participar nas atividades, respeitar as individualidades de cada um e conhecer quais são as preferências das crianças. O vínculo entre professor e estudante inicia nos primeiros dias de aula e passará a ser inesquecível para toda a vida.

E quando se trata de aprendizagem, é importante considerar que ela só faz sentido quando é prazerosa e significativa, as interações emocionais e um bom vínculo afetivo com o professor irão possibilitar a criança superar os diversos desafios que surgirão. As crianças autistas têm uma relação interpessoal escassa, apresentando insuficiência no contato visual, nota-se ausência da expressão sorridente, em alguns casos, há aversão ao contato físico, desinteresse em participar em jogos e brincadeiras e preferências em permanecer isolado.

As relações interpessoais de acordo com Moscovici (1985), desenvolvem-se em decorrência do processo de interação. Nas situações de ambiente escolar, onde existem várias pessoas compartilhando de um mesmo ambiente, são despertados vários sentimentos diferenciados que influenciarão nas relações e no próprio ensino aprendizagem.

Pessoas bem-preparadas para essas situações podem lidar melhor, utilizando-se de um feedback para o outro quando lhe convier. É esse retorno daquilo que se percebeu no outro que propicia um crescimento na relação. A dificuldade talvez maior está em receber esse retorno, principalmente, se vier como crítica. Essa reação faz parte de como o outro está preparado emocionalmente para lidar com conflitos e com frustrações, essas práticas não ocorrem nas instituições justamente pela complexidade de se falar e ouvir suas próprias deficiências e dificuldades.

Desta forma é primordial considerar que as profundas modificações ocorridas no mundo contemporâneo têm acarretado mudanças nas demandas sociais para o sistema de ensino. A causa destas alterações está no avanço da ciência e da revolução tecnológica, promovendo impacto na informatização, na globalização da economia, nos novos modelos de organização do trabalho e nas formas emergentes de organização social, preocupadas com a melhoria da qualidade de vida.

Nesse processo as relações sociais e internacionais vêm se reconstruindo, alterando tudo, e essas alterações são muito rápidas sendo que cotidianamente estão sendo colocadas frente a múltiplos desafios aflorados na desestabilização do mundo, e as compreensões teóricas são recolocadas em discussões que nos impulsionam na busca de novos paradigmas para o enfrentamento do desafio à frente.

Atualmente, algumas crianças com TEA, com graus leve e moderado, assumiram alguns papéis de destaque, sendo um cidadão crítico, criativo, reflexivo e com capacidade de pensar, de aprender a aprender, de trabalhar em grupo e de se conhecer como indivíduo, integrado ao seu contexto social, visto que é com o apoio e, também com atendimento, que poderá trabalhar suas potencialidades através de recursos e diversas atividades que vem para agregar com o ensino regular.

A Declaração de Salamanca aborda sobre o princípio fundamental da educação inclusiva, seus deveres e as orientações para ações em níveis regionais e internacionais no capítulo III – 7:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recurso e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Diante do respaldo legal que a Declaração de Salamanca traz, a educação inclusiva deve assegurar uma educação de qualidade e que sua aprendizagem não pode ser comprometida e suas limitações não sejam dadas como impedimentos para seu atendimento na rede regular de ensino, estando à disposição dos recursos adequados e de um currículo escolar preparado para receber cada indivíduo independente de sua necessidade ou dificuldade.

Para isso a prática pedagógica precisa sofrer mutações, não podendo permanecer sempre na forma em que se apresenta, tanto no aspecto estrutural/organizacional quanto na maneira de conceber/lidar com o conhecimento. Isso é claro na estrutura o ensino em 04 pilares, os pilares da educação da UNESCO foram elaborados em 1999 por Jacques Delors, professor político e econômico francês. Publicado no relatório: Educação: um

tesouro a descobrir, eles definem os aprendizados considerados essenciais para que as crianças se desenvolvam cognitivamente e socialmente.

Jacques Delors “aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, do conhecimento e da formação continuada” (DELORS, 1998, p. 95). E com o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser, o aprendizado é completo, e engloba o aprendizado citado nas 10 competências gerais da BNCC, nas práticas de respeito, ética, moral e capacidade de pensar nos acontecimentos ao seu redor.

Para Delors (1998) o aprender a conhecer, pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender ao longo de toda a vida. E o aprender a fazer, pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional.

Delors (1998) continua com o aprender a viver com os outros, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando os valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca de paz. Enfim, no aprender a ser, para melhor desenvolver sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

No entanto, para que eles sejam realmente pilares, várias ações precisam ser postas em exercício no campo da prática pedagógica, a fim de facilitar processo de ensino aprendizagem. Contudo, importante ter em mente que, a despeito de boas intenções e de vasta produção teórica, as práticas pedagógicas claudicam em concepções limitadas e, em certos casos, equivocadas, modismos mal assimilados e métodos inadequados. Trata-se, portanto, de reconhecer que a autonomia do pensamento, o respeito à subjetividade e a consideração da história coletiva de cada estudante são fundamentais à prática pedagógica e à construção de significados reais para a aprendizagem, considerando sua individualidade, seu ambiente familiar e escolar.

A definição de aprender são diversas, uma delas é que prender pode ser definido como a capacidade de dominar um conhecimento e ser capaz de fazer uso dele, avaliando que de acordo com o estágio de aprendizagem, este conhecimento pode ser mais profundo ou mais superficial (ZORZI, 1998).

No âmbito da abordagem neuropsicológica, a aprendizagem pode ser concebida, como a capacidade de processar, guardar e utilizar a informação recebida, consistindo em um processo efetivado pelo cérebro condicionado à algumas variáveis externas como: mediações psicopedagógicas, cuidados diversos e condições adequadas de vida (PESTUN, 2001).

Mas, não somente isso, a aprendizagem pode ainda ser concebida como um processo de construção que ocorre por meio da interação constante do sujeito com o meio no qual está inserido, como o meio expresso primeiramente pela família, e de modo paralelo pela escola (WEISS, 1999).

Mediante tais definições de aprendizagem, pode-se perceber que, aprender não se restringe somente a sala de aula. Ou seja, esta ação se inicia desde o início da vida. Momento em que, os pais ou responsáveis acompanham, em geral, como as crianças inteiram se é interação com o mundo, como aprendem a se locomover, a explorar com olhos, boca, mãos, etc., a própria vida. Entretanto, não estão conscientes de que tudo isso se resume aos meios de aprendizagem.

Além disso, podem também não perceberem que algumas dificuldades da criança estejam em curso nesse processo de interação e inter-relação com o meio que a cerca. Assim, as dificuldades desse processo só costumam se tornar mais evidentes a partir do ensino formal, na idade escolar ou mesmo pré-escolar (exceto em caso de deficiência). Mas, quais as funções da aprendizagem?

Segundo Fernández (2001)

Encaramos a aprendizagem como um processo e uma função, que vai além da aprendizagem escolar e que não se circunscreve exclusivamente à criança. Fazendo uma simplificação, uma abstração do processo de aprendizagem, encontramos-nos ante uma cena em que há dois lugares: um onde está o sujeito que aprende e outro onde colocamos o personagem que ensina (FERNÁNDEZ, 2001, p. 51).

Além disso, ainda segundo essa autora, ao nascer, o bebê possui um leque de possibilidades, de instrumentos que são capazes de “atrair, de captar o conhecimento que tem que ser transmitido e reconstruído nele” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 51), sabe-se que o homem é um ser histórico, que a cada geração vai acumulando conhecimento e saberes.

Fernández (2001) ainda relata que

[...] o homem é um ser histórico, que cada geração acumula conhecimentos sobre a anterior e o humano vai se tornar humano porque aprende. A reprodução do ser humano não termina no suporte orgânico. No homem, os comportamentos não vêm inscritos geneticamente, mas só a possibilidade de adquiri-los. O modo de criar um filho, de comer, de falar, não se herda, se aprende. As constantes da espécie estão garantidas, então, pela presença de estruturas gerais de elaboração cognitiva e semiótica, preparadas para possibilitar a integração do sujeito à cultura. Enquanto no animal, a semelhança de um membro da espécie com seu progenitor está garantida por uma codificação genética, no homem está a continuidade, está a semelhança, está garantida pela aprendizagem. Segundo este critério, a aprendizagem pertence à esfera da reprodução, colocando-se junto com a 5ª sexualidade como o equivalente funcional (humano) do instinto (no animal) (FERNÁNDEZ, 2001, p. 51).

Tal perspectiva é significativa, à medida que se passa a ter uma noção mais geral da grande importância da aprendizagem na vida cotidiana e no desenvolvimento de cada ser humano, tendo em mente a importância do processo que possibilita “a transmissão do conhecimento de um outro que sabe (um outro do conhecimento) a um sujeito que vai chegar a ser sujeito, exatamente através da aprendizagem” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 51).

Mas, como esse conhecimento é transmitido? Segundo Fernández (2001) o conhecimento não pode ser transmitido diametralmente em bloco. Isso porque, o ensinante precisa de um modelo, um símbolo do conhecimento. Ele seleciona uma situação, faz um recorte, e pode transmitir tanto conhecimento como também ignorância. Na verdade, o que se transmite são sinais desse conhecimento para que o sujeito possa transformá-los, reproduzi-los, “porque é preciso conhecer o outro, quer dizer, pô-lo no lugar do professor (que podem ser os pais ou outras instâncias que vão ensinar) e conhecê-lo como tal” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 52). Isso porque, segundo essa autora, não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem concedemos confiança e direito de ensinar. Vale ressaltar que é extremamente importante conquistar a confiança da criança com TEA para ensiná-la.

A criança que está aprendendo é dotada de uma cadeia de mecanismos que lhe possibilitam transformar o ensino em conhecimento. Fernandez apresenta um exemplo, “quando um pai diz a seu filho: não toques ou não saia, está lhe apresentando um paradigma” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 51). Verifica-se com isso que, a criança tem um arcabouço habilitado para apreender o imperativo negativo e logo vai ser capaz de aplicar esse imperativo negativo a qualquer tipo de verbo. Logo, simplesmente com alguns exemplos presentes em um contexto, a criança será capaz de reproduzi-los mediante uma mecânica generativa (FERNÁNDEZ, 2001).

Nessa direção Fernández (2001) declara que O

ser humano pode transformar o ensino em conhecimento. Esta, por sua vez, é construída pelo ensinante através de quatro níveis de elaboração (orgânico, corporal, intelectual e semiótico ou desejante). Situamos o aprendente, necessariamente, em uma cena vincular que, primária e paradigmaticamente se dá no grupo familiar, em nossa cultura. Para efeito da análise, recortamos dessa estrutura vincular ao aprendente, descobrindo que nele intervêm quatro estruturas, quatro níveis constitutivos de um sujeito que, por sua vez, se constroem ou se instalam através de uma inter-relação constante e permanente com o meio familiar e social. A aprendizagem é, então, uma das funções para a qual estes níveis podem inter-relacionar-se com o exterior e por sua vez conformar-se, a si mesmos, em um processo dialético (FERNÁNDEZ, 2001, p. 52).

À vista disso, entende-se o quanto o vínculo familiar é importante no processo ensino aprendizagem, e com esse vínculo malformado a criança poderá ter dificuldades para aprender, sendo assim, é necessário dar bastante atenção as questões familiares, visto que é na família que se estabelece os primeiros ensinamentos, principalmente se tratando de crianças com TEA.

No entanto, deve-se considerar também as relações significativas entre a instituição escolar e as oportunidades reais para o crescimento cultural, refletindo na sociedade que está inserido. Segundo Weiss (2000)

“A instituição não é isolada do sistema socioeconômico, mas, pelo contrário, é um reflexo dele. Portanto, a possibilidade de absorção de certos conhecimentos pelo estudante dependerá, em parte, de como essas informações lhe chegaram, lhe foram ensinadas, o que por sua vez dependerá, nessa cadeia, das condições sociais que determinaram a qualidade de ensino” (WEISS, 2000, p. 17).

Para isso o ambiente deve ser estimulante para a aprendizagem, a escola é mais que um espaço físico que abriga o estudante, é um espaço para a educação e valorização do ser humana como cidadão, principalmente se tratando de crianças com TEA, pois o ambiente escolar possibilita o contato social, o desenvolvimento e a aprendizagem na medida que possibilita a convivência com as diferenças e as diversidades.

Uma das funções básica do professor é fornecer meios para que o estudante possa superar dificuldades e exterminar os problemas de aprendizagem nascidos ao longo da história pessoal, de sua família e do contexto sociocultural como um todo. Desta forma, o trabalho de escolarização das crianças com autismo exigirá dos professores uma reflexão sobre os processos usuais de ensino e aprendizagem, bem como um olhar diferente. Um olhar que leve em conta um estudante que não está em posição de curiosidade, mas que aprende de maneira específica e pouco convencional.

Portanto, é necessário avaliar todas as fragilidades do estudante autista, para que possa ser tirado como proveito suas habilidades, e transformar seu ambiente de aprendizagem, com novidades e atrativos do seu interesse. Segundo Silva (2012), com o tempo a criança desenvolve seus próprios instrumentos para manter relações e aprendizagem, se tornando cada vez mais hábil socialmente.

De acordo com Silva (2012) a criança com autismo sente necessidade de seguir uma rotina rigorosa em seu cotidiano, para que ele possa se encontrar mais tranquila em meio ao seu mundo social que é cheio de informação, com as quais ele não consegue compreender e acompanhar. Sendo assim, os primeiros métodos de aprendizagem a serem trabalhados com um estudante autista é criar uma rotina escolar, para que ele se encontre mais à vontade nesse espaço e dali possa desenvolver sua aprendizagem. A autora propõe que “o professor desenvolva este processo intermediando este contato por meio de brincadeiras, jogos e atividades, o professor consegue incluir, verdadeiramente, essa criança no ambiente escolar” (SILVA, 2012, p.115.) Outra situação que o professor deve também ficar atento diz respeito a pouca percepção que estas crianças têm da realidade, por isso é necessário que seja trabalhado o comportamento durante todo o processo.

CONCLUSÃO

A educação, direito de todos, faz parte do contexto histórico e universal que ao longo das décadas foi evoluindo dada às influências sociais, políticas e culturais de cada época. Neste contexto, a escola, enquanto espaço social, democrático e participativo deve contribuir para o crescimento social, político e cultural de todos os sujeitos que dela fazem parte.

Na perspectiva inclusiva, não basta simplesmente legislações, nem tampouco construção de escolas e salas de aulas para atender a demanda educacional. Para promover a inclusão é necessário que as instituições de ensino tenham condições pedagógicas, estruturais e administrativas, a fim de garantir o acesso, a permanência de todos os estudantes na escola, para que juntos possam desenvolver suas competências com dignidade e que possam ter suas diferenças sociais, culturais, religiosas ou étnicas, respeitadas.

A Educação Especial exercia a função de complementaridade do ensino regular, ao entender que os estudantes especiais não eram capazes de assumir o compromisso da escola comum. Para modificar este cenário, em seu artigo 208, a Constituição Federal de 1988 determina que o atendimento educacional especializado seja, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A partir das leis desenvolvidas especificamente para os autistas e que envolvem o tema inclusão escolar proporcionou cada vez mais a presença destes estudantes nas salas comuns das redes regulares de ensino. Desta forma, incluir não é uma tarefa simples, esta requer responsabilidades de todos envolvidos neste processo.

Partindo do pressuposto que ser diferente desde a antiguidade até hoje é muitas vezes estar em desvantagens dos ditos normais é que tem refletido e questionado sobre quais as formas de pensar, sentir e aprender das crianças autistas, e como contribuir para melhorar sua vida enquanto seres humanos, preparando e fazendo com que participem da vida na família, escola e sociedade.

Hoje pode-se verificar através de estudos e pesquisas que o número de crianças com diagnóstico de autismo tem se elevado, isso pode caracterizar que os casos de autismo tenham aumentado ou que os diagnósticos são mais eficazes. Quando trata-se do

assunto autismo refere-se a uma série de transtornos que podem apresentar todas ou apenas algumas características associadas classicamente ao autismo.

Desde que Leo Kanner identificou em 1943, ainda hoje não existe nenhum tipo de teste ou exame que identifique objetivamente, sendo que o diagnóstico continua sendo clínico, e realizado de forma que o médico ou psicólogo toma como referência as características e parâmetros contidos no DSM-IV e no CID10. Há muitas barreiras na hora de diagnosticar o autismo, que até mesmo os profissionais das áreas da saúde têm dúvidas em dar um diagnóstico preciso, isso pode-se atribuir às características associadas e, também as manifestações que a própria criança pode apresentar. Verificou-se que existem diversas formas de autismos, ou seja, a intensidade e seus graus como se fosse uma graduação de cores da mais clara a tons mais fortes, variam muito de criança para criança, desde severos a graus mais leves, onde é percebido que cada um responde aos estímulos externos de formas diferentes e individuais, podendo estar associado ou não a deficiência intelectual. E que nem sempre eles estão alheios ao que acontece ao seu redor, muitas vezes eles entendem tudo ou quase tudo, mas não sabem como interagir ou comunicar-se com as pessoas próximas a eles.

Geralmente se descobre este diagnóstico, pois os pais relatam o atraso na linguagem. E a partir daí há uma busca por respostas. A alimentação apresenta outro ponto marcante, ao ser introduzido principalmente os alimentos sólidos, demonstrando assim uma sensibilidade excessiva à textura desses alimentos, alguns autistas reagem da mesma maneira a determinados tipos de sons e texturas de roupas.

As crianças autistas podem apresentar humor muito imprevisível, de risos intensos e sem razão passar para um choro inexplicável, parecendo estarem amedrontados por algo que só elas sabem. Assim como para quem observa tal situação e não entende, para eles perceberem a emoção do outro ou seus sentimentos é difícil da mesma forma.

Apesar de muitos estudos, congressos e pesquisas na área do autismo, ainda se sabe pouco quanto à causa e tratamentos, não sendo possível falar em cura. Importante destacar que em termos educacionais os avanços mostram que é possível minimizar e até mesmo melhorar condutas e conflitos vividos pelas pessoas com autismo, sendo possível sua inclusão educacional e social. Sabe-se que elas tendem ao isolamento. Mas isso não é um comportamento planejado, porém leva a uma calma, num mundo confuso e cheios

de situações que estressam suas mentes sensíveis aos estímulos sensoriais. Posso citar o exemplo daqueles que balançam o corpo que serve simplesmente para aliviar o que está incomodando.

O fundamental sobre todas as questões ao longo do tempo discutidas, é que todas as crianças independentes de sua condição são capazes de aprender, mesmo que seja mínimo aos olhos da sociedade é para elas o seu máximo e deve ser valorizado, respeitando a individualidade. Deve-se sempre lembrar que crianças com autismo aprendem através de modelos. Precisam aprender passo a passo coisas que outras crianças aprendem muito cedo observando, os autistas precisam de muito auxílio e até mesmo ajuda física em alguns momentos. Ensinar a sentar, colocar a roupa ou amarrar o tênis pode ser necessário muito empenho e persistência, até que se apropriem dessa habilidade, e assim será com outras aprendizagens. Em razão disso, é importante questionar os critérios que têm sido utilizados para distinguir as necessidades especiais comuns e vice-versa, em particular no contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem, pois, da ação de cada um e de todos.

As possibilidades de que uma criança com transtorno de TEA venha a se tornar um adulto produtivo é grande e, por vezes, independentemente do nível do autismo, como pôde demonstrar alguns projetos que já estão sendo utilizados na primeira infância.

Porém, quebrar os muros que começam dentro de casa, literalmente no seio da família, com a amamentação que permite a visualização, e, por conseguinte, a aceitação de que existe possibilidade de essas crianças terem TEA, pode estar só no começo.

É certo que se deve estar ciente de alguns fracassos por parte da equipe multidisciplinar, pais e professores, porém, não se pode levá-los em conta para se estabelecer uma condição descartável dos projetos, porquanto todos os esforços que possam realizar a alfabetização e a interação social dessas crianças estão em projetos que ainda estão somente engatinhando, mas que, com certeza, é um grande passo para a humanidade que ruma em busca de curas para várias vertentes de desvios neurológicos que o ser humano possa ter, porquanto todos os esforços que possam realizar a alfabetização e a interação social dessas crianças estão em projetos que ainda estão somente engatinhando, mas que, com certeza, é um grande passo para a humanidade que

busca um tratamento que proponha uma condição equilibrada e segura na vida dos estudantes com TEA.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S.R.L. História e cotidiano na formação de professores: desafios da prática pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2012.
- CASTRO, A. A. O trabalho dirigido. In. Didática para a escola de 1 e 2 Graus. São Paulo: Pioneira/MEC, 1976.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, Salamanca-Espanha, 10 de junho de 1994.
- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; M.M.C.A. Pernambuco. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez. 2002.
- DELORS, J. Educação – Um Tesouro a Descobrir. São Paulo: Cortez, 1998, p. 95.
- FERNÁNDEZ, A. O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamentos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- FREIRE, P. (1921). A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez. 2009, p. 27.
- FREIRE, Paulo (1921-1997). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 58ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- HOFSTEIN, A.; LUNETTA, V. N. The laboratory in science education: Foundations for the twenty-first century. Science Education. 2004. p. 113.
- LEITE, L.S. Mídia e a perspectiva da tecnologia educacional no processo pedagógico contemporâneo. In: FREIRE, Wendel (org.). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2011. LEMOS, A. Prefácio. In:
- MOSCOVICI, F. Desenvolvimento interpessoal. 3ª. ed., Rio de Janeiro: LTC. 1985.
- PESTUN, M.S.V. Análise funcional discriminativa em dislexia do desenvolvimento. 2001. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/312182>. Visitado em: 15 abr. 2020.
- SILVA, A.B.B. Mundo Singular: entenda o Autismo / Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Padrões de competência em TIC para professores. UNESCO, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/6m4D87>. Visitado em: 11 mar. 2019.
- WEISS, M.L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 17.
- ZORZI, J.L. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Submissão: setembro de 2023. Aceite: outubro de 2023. Publicação: fevereiro de 2024.